

**DOSSIÊ TEMÁTICO**

Educação do Campo em Perspectiva Latino Americana

DOI: 10.22481/praxis.v13i26.2822

**AGROECOLOGIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Agroecology and pedagogical practices in the field education

Agroecología y prácticas pedagógicas en la educación del campo

*Silvana Lúcia da Silva Lima*

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Brasil

**Resumo**

Neste trabalho partimos da reflexão articulada de quatro conceitos: cultura, trabalho, Agroecologia e Educação do Campo que, na constituição histórica e política do último, se (re) constroem simultaneamente num processo permanente de disputa entre dois projetos: o da sociedade capitalista articulada pelo agronegócio e, dos movimentos sociais e sindicais camponeses que defendem a Agroecologia enquanto matriz produtiva capaz de produzir alimentos saudáveis, emancipação política e soberania territorial. Neste campo, a educação assume um papel fundamental na formação de novos sujeitos sociopolíticos construtores de uma nova sociedade.

**Palavras-Chaves:** Agroecologia. Educação do campo. Trabalho camponês.**Abstract**

In this work we start from the articulated reflection of four concepts: culture, work, Agroecology and Field Education. In the historic and politics constitution these concepts, are (re) constructed simultaneously in a permanent dispute between two projects: **Capitalist society articulated to agribusiness**, and, the peasant social and labor movements that defend Agroecology as a productive matrix capable of producing healthy food, political emancipation and territorial sovereignty. In this field, education plays a fundamental role in the formation of new sociopolitical subjects constructing a new society.

**Keywords:** Agroecology. Field education. Peasant work.**Resumen**

En este trabajo partimos de los articulados de reflexión cuatro conceptos: la cultura, el trabajo, Agroecología y Medio Rural Educación que la Constitución y la historia de la última política si (re) construir al mismo tiempo un proceso permanente de controversia entre dos proyectos: la sociedad capitalista articulado por y la agroindustria, los movimientos sociales y sindicales campesinas que defienden la agroecología como matriz productiva capaz de producir alimentos sanos, la emancipación política y la soberanía territorial. En este campo, la educación juega un papel fundamental en la formación de nuevos sujetos constructores sociopolíticos de una nueva sociedad.

**Palabras clave:** Agroecología. Trabajo campesino. Medio rural educación

## Abrindo os caminhos

A Educação do Campo se propõe a organizar processos de formação humana em contraposição à hegemonia do capital. Nascida no seio da luta por reforma agrária tem como fundação primeira o debate da Educação emancipadora com vista a contribuir na edificação de um novo projeto de campo enquanto espaço de vida e de trabalho apropriado e socializado pela classe trabalhadora. Tal construção coloca em cheque o papel do Estado que historicamente os negou.

Como destaca Caldart,

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações [em que] os objetivos e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate de classe entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que tem implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de políticas públicas, de educação e de formação humana. (CALDART et al., 2012, p. 257 – grifo do autor).

Na luta e na Educação do Campo, os trabalhadores podem reconhecer as formas de exploração da sociedade do capital no mundo do trabalho. Essa sociedade coisifica o humano, o torna objeto da exploração e lhe impõe a condição de mercadoria produtora de outras mercadorias. Nesse aspecto todo o trabalho é dispêndio de força humana que pode ou não transformar a natureza e produzir mercadorias e é, ao mesmo tempo, produtora de valores de uso (MARX, 2006). Mas, não garante a qualidade de vida dos trabalhadores.

O que nos cabe na Educação do Campo é resgatar a humanidade dos sujeitos da classe trabalhadora ávidos de melhores condições para reproduzir a vida, de meios que garantam de forma autônoma sua reprodução social, recuperando e/ou protegendo a natureza. A proteção da natureza implica em proteger os humanos que lhes são parte integrante.

Nessa formulação teórica contra hegemônica, a preocupação com o desenvolvimento agrário e o avanço das lutas sociais foi construindo um cenário de possibilidades ancorado na Agroecologia, ciência, técnica, paradigma que nasce do seio da prática agrícola popular em harmonia com a natureza. Ali homens e mulheres se fazem humanos sem deixar de ser natureza, cujas condições reais de reprodução social se materializam na luta e na conquista da reforma agrária e da demarcação das terras e dos territórios das comunidades tradicionais.

Aqui, luta por terra e território, Educação do Campo e Agroecologia são igualmente construtoras do projeto societário contra hegemônico. A Educação é um instrumento de luta imprescindível no enfrentamento e na construção de uma nova sociedade.

### **Um passo à frente: Políticas de Educação do Campo e Práticas Educativas contra hegemônicas**

O conhecimento socialmente produzido encontra-se hegemonicamente, a serviço do grande capital. Na escola atual, a realidade social vivida é trabalhada de forma fragmentada e superficial, um método de leitura da realidade que tem por propósito subjugar os sujeitos e prepará-los para o mercado de trabalho, mesmo que permaneçam de forma geral na periferia do sistema.

É claro que essa forma de conteúdo que orienta a leitura da realidade social também é um método, o materialismo histórico e dialético, base epistemológica da Educação do Campo. A construção teórico metodológica e a práxis da Educação do Campo foram forjadas dentro de uma luta maior por terra, território e superação do modo de produção capitalista. Ela agrega três sujeitos coletivos: camponeses e comunidades tradicionais a partir de suas organizações políticas; as instituições de ensino (escolas e universidades) e o poder público com seus organismos de gestão. Para Molina eles são, de forma indissociada, os pilares da proposta ou, sua tríade estruturante: Campo – Educação e Políticas Públicas. (MOLINA apud CALDART et al, 2012).

Articulados historicamente a partir de eventos locais, regionais e nacionais, o MST<sup>1</sup> convocou as universidades e o poder público para discutir a Educação como ação estruturante da reforma agrária. Em resposta, foi conquistado a pensá-la no contexto mais amplo da educação pública. Esse movimento exigiu “articular experiências históricas de luta e resistência como a das escolas família agrícolas, do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas” (Idem, p. 259).

Mobilizar diversas experiências significou (re) pensar como as especificidades dos diferentes sujeitos e seus territórios seriam incorporados aos processos de reelaboração dos conceitos que sustentam esse novo projeto de educação, permeando os currículos, os projetos

---

<sup>1</sup> No primeiro momento o MST organizou o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - ENERA e é pautado a organizar novas frentes de luta pela educação resultando na ampliação das parcerias com a CONTAG que prepararam a I (junho de 1998) e II (junho de 2004) Conferência Nacional por uma Educação [Básica] do Campo resultando na Articulação Nacional por uma Educação do Campo, bases para o movimento nacional.

pedagógicos e a formação específica dos profissionais da Educação e, resultando na conquista de um conjunto de políticas públicas igualmente específicas, sem perder o foco no movimento geral da sociedade.

A primeira conquista foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Ele foi criado em 1998, dois anos depois do massacre em Eldorado dos Carajás, no Pará, e abrigado no INCRA, reafirmando a Educação do Campo como fundamento da reforma agrária no país.

O avanço da luta dos movimentos sociais em prol da Educação do Campo permitiu ainda a aprovação da Resolução CNE/CEB nº 01/2002 e nº 02/2008 que Instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

O ato de formalização da criação do PRONERA se deu com a assinatura do Decreto 7.352/2010. Além de formalizar a existência da política de Educação do Campo, o documento definiu o que é escola do campo e quem são os seus sujeitos em seu Art. 1º e, apresentou os seus princípios no Art. 2º, dos quais destacamos o primeiro e o segundo incisos:

- I. Respeito a diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II. Incentivo a formação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho. (BRASIL, Art. 2º, 2010, grifo nosso).

Sob a ótica desses princípios, o território camponês e sua diversidade dever tornar-se fundamento das práticas educativas dentro e fora da escola do/no campo.

No avanço dos debates, os interlocutores aprofundaram a contraposição à Educação rural e ao seu projeto socioeconômico, resultando na reafirmação do campo enquanto território camponês, espaços de vida, luta e de trabalho dos sujeitos que, organizados em movimentos, reivindicam o direito a permanecer no campo de forma digna e, por isso, disputam com o seu projeto popular de campo.

Os instrumentos legais anteriormente citados orientam a forma de ser e fazer escola, conduzindo-a a novas práticas pedagógicas. Na caminhada, o movimento de Educação do Campo que nasce desse processo, resgatou as concepções de Educação e orientações pedagógicas presentes nas experiências anteriormente citadas, incorporando ao seu projeto a Educação Popular, a Pedagogia Socialista e a Pedagogia da Alternância.

Segundo Paludo (2001 apud CALDART et al, 2012), a Educação Popular no Brasil nasce na contraposição à pedagogia tradicional e à Escola Nova com forte influência da teoria de Paulo Freire.

Por dentro do MST, a teoria freiriana orientou os primeiros projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos e a organização da Escola Itinerante. Atualmente, a Educação de Jovens e Adultos – EJA - segue o método cubano do *Sim eu Posso*, evidenciando a importância da educação na luta por reforma agrária.

Como atesta Pedro Tierra:

Para o MST investir em educação é tão importante quando o gesto de ocupar terra, um gesto, aliás, que se encontra no cerne da pedagogia do movimento. Aqui, educar é o aprendizado coletivo das possibilidades de vida, as dores e as vitórias são face e contra face do mesmo processo. (apud CALDART, 1997, p. 23).

Sendo o principal nome da Educação Popular no Brasil, o mestre Paulo Freire nos ensinou que o *saber-fazer* educativo deve articular teorias e práticas da libertação do humano. Sua discussão sobre emancipação humana nos remete ao debate histórico-cultural e entende a educação “como prática da liberdade, um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (FREIRE, 1980, p. 25). Para o autor “não apenas temos história, mas fazemos a história que igualmente nos faz e que nos torna, portanto, históricos” (FREIRE, 2000, p. 40). Nossa capacidade de fazer história está vinculada à Educação para a emancipação humana que, na perspectiva marxista, contribui para a efetivação da consciência revolucionária. Para Freire, o ato de ensinar pode ser revolucionário e é, por isso, um ato de amor. Esse processo além de valorizar conhecimentos diversos articula criticamente os conteúdos e a leitura da realidade na sua totalidade, mas o aprendizado da leitura e da escrita, bem como dos demais saberes, só terá um significado real quando educadores e educandos vão “percebendo a solidariedade que há entre a linguagem-pensamento e realidade” (FREIRE, 2007, p. 27-28).

Freire alerta ainda que a prática educacional não é o único caminho à transformação social necessário à conquista dos direitos humanos, contudo acredita que sem ela, jamais haverá transformação social. A educação e a “alfabetização como um esforço para ler o texto e o mundo dialeticamente”, uma forma de política cultural com fortes possibilidades de intervenção política no mundo. (FREIRE; MACEDO, 2001, p. 10).

As releituras das experiências Socialistas com a Educação ensinaram à Educação do Campo que a formação humana precisa dar conta de forjar os processos revolucionários. É nessa perspectiva que se constitui como projeto contra hegemônico. Pautados na pedagogia socialista russa, os educadores do campo precisam compreender “a relação dialética entre a

consciência e o modo de produzir a vida, fundamental na realização dos objetivos revolucionário”. Por isso, a experiência russa combinou o trabalho produtivo com a aprendizagem escolar, elemento essencial de suas escolas. (CIAVATTA; LOBO apud CALDART et al, 2012, p. 561-562).

Da Pedagogia Socialista, a Educação do Campo traz ainda os ensinamentos de Pistrak (CIAVATTA; LOBO aud CALDART et al, 2012) e sua preocupação com o ato de pensar e fazer uma escola que seja educadora do povo; de que a vida escolar deve vincular-se ao movimento social (organização política), ao mundo do trabalho (atividades produtivas) e orientar políticas de desenvolvimento territorial. Para tanto, a escola precisa aproximar-se do materialismo histórico e dialético e trabalhar a auto-organização dos educandos como base do processo pedagógico.

Da Pedagogia da Alternância que nasce com as Escolas Famílias Agrícolas, a Educação do Campo herda a forma de organização dos processos pedagógicos estruturados em dois tempos formativos (Tempo Escola/Universidade e Tempo Comunidade ou sócio produtivo) e na alternância das situações de aprendizagem. Ora o espaço de formação é a escola/Universidade, ora é a comunidade, espaço de produção e reprodução social da vida. Nesse movimento o mundo do trabalho vai para dentro da escola e a escola dialoga com o trabalho no seu espaço de (re) produção social.

Tal prática permite colocar a pesquisa, o trabalho e a cultura popular como princípios formativos, sem jamais negar ou excluir o conhecimento geral e universal. A alternância dos tempos formativos constitui os espaços/tempos para experimentá-las.

Para Kolling (Ibid.) o povo já cansou de sofrer os impactos socioeconômicos e ambientais de um modelo econômico e político, elitista e excludente, por isso se faz tão necessário avançar na construção de um projeto contra hegemônico. É nessa conjuntura que, apoiado em Mészáros (2005) concordamos que não se discute qualidade do ensino sem avaliar a estrutura de poder vigente.

No campo específico do debate de práticas pedagógicas recuperamos dois importantes estudos que achamos pertinente fazer o registro: uma reflexão sobre Metodologia da Mediação Dialética por Arnoni (2008) e de práticas pedagógicas emancipadoras por Tonet (2014). A Metodologia da Mediação Dialética (MMD) usa o método dialético para abordá-lo na elaboração das aulas. Aqui a realidade social e seus sujeitos adentram na aula enquanto totalidade, categoria fundante do método, uma vez que uma perspectiva crítica possibilita o



diálogo com o mundo e seus sujeitos, evidenciando seus movimentos e contradições dentro do marco temporal predominante.

Arnoni (2008) alerta que

O método não responde diretamente a questão metodológica da aula, mas, constitui-se no fundamento do processo de sua operacionalização, ou seja, os fundamentos teóricos do método informam o processo da sua passagem para a prática e, isto, exige uma pesquisa teórica da questão metodológica. Nesta perspectiva, pode-se inferir que, na educação escolar, a metodologia de ensino representa a garantia de a teoria crítica ser aplicada na prática da aula, transformando-a a direção teórica pretendida. (ARNONI, 2008, p. 1).

Para tanto a autora sugere a criação de distintas situações de ensino em quatro momentos, a saber: 1º Resgatando; 2º Problematizando; 3º Sistematizando e 4º Produzindo.

A proposta de trabalho é interessante porque o 1º item é considerado como o ponto de partida para a reflexão teórica a partir dos saberes, das vivências e do cotidiano do estudante. Ele é conduzido a expressar diferentes linguagens do seu entendimento sobre o assunto, com respaldo em sua vida cotidiana. Na Educação do Campo esse pode ser o momento da mística, um filme, a reflexão sobre a música ou uma busca de contextualização. O docente amarra a leitura do cotidiano à luz de uma reflexão teórica, destacando seus movimentos e contradições.

Na problematização o estudante é desafiado a refletir o seu plano imediato (saberes) à luz dos temas e conceitos trabalhados, despertando-o para a necessidade de aprender, aprofundar as contradições e buscar soluções. No terceiro momento, o estudante é levado a compreender os nexos e as relações do conceito como uma totalidade, momento em que a primeira leitura é superada e sínteses são elaboradas. No quarto momento o estudante é levado a expressar sua síntese cognitiva, o seu aprendizado para seguir no processo de produção do conhecimento e que este não acaba ali.

Na Educação do Campo tal perspectiva teórico-metodológica é importante também para ajudar a organizar o processo de produção do conhecimento no tempo universidade como para orientar as elaborações no tempo comunidade. A alternância dos tempos formativos tem exigido dos docentes, como formação completamente distinta e eminentemente conceitual, o desenvolvimento da capacidade para a elaboração de atividades que integrem a leitura teórica do mundo e reflexão sobre os territórios de vida e trabalho.

No entanto, levar tal método para a escola no âmbito da Agroecologia exige do docente e dos estudantes olhar para o campo como resultado dos projetos societários hegemônicos historicamente impostos e, ao mesmo tempo, superá-los e construir um projeto

de base popular. Significa ter que olhar o campo como uma totalidade e ver nas suas contradições e movimentos a possibilidade de transformá-las.

Construir tal superação pela via da Educação é trabalhar com a emancipação. Sobre tal questão Tonet (2014) chama atenção para a forma e o conteúdo da emancipação e a necessidade de se projetar uma educação realmente emancipadora. Tonet recupera a concepção de emancipação humana em Marx, ou seja, “uma forma de sociabilidade para além do capital, na qual os homens são plenamente livres [...] baseada no trabalho associado, portanto livre de toda a exploração e dominação do homem sobre o homem”. (TONET, 2014, p. 11).

Para que a emancipação seja alcançada, precisamos organizar processos educacionais direcionados à classe trabalhadora, considerando “os conhecimentos historicamente sistematizados e acumulados” (Idem, p. 14) e, “a luta social como elemento fundamental” (Idem, p. 15). Isso exige uma profunda seleção dos conteúdos a serem trabalhados, bem como a articulação da Educação com o Trabalho.

Nessa dimensão, as pedagogias orientadoras das práticas pedagógicas emancipadoras na Educação do Campo tratam conteúdos enquanto mediadores na/da produção do conhecimento. Os conteúdos não têm o fim em si mesmo e juntamente com a pesquisa, são as pontes de diálogo com a comunidade (acadêmica e não acadêmica) na leitura e no enfrentamento da realidade. Assim defendemos por entender que a forma – conteúdo dos processos de ensino e aprendizagem orientam também a forma e o conteúdo que a sociedade leva e trata a realidade local e regional no contexto do modo de produção hegemônico.

Partindo da experiência acumulada na especificidade de nossa área do conhecimento (a Geografia), trazemos a reflexão de que o ensino pode contribuir com a leitura espacial do mundo e da realidade vivida tendo como perspectiva a formação de sujeitos críticos e revolucionários. Sob o olhar da área do conhecimento aqui relatada, o que significa ler o mundo?

Tomando como referência Callai (2000), ler o mundo é conhecer o território, espaço habitado por sujeitos concretos; conhecer as razões e a dinâmica da estrutura sócio espacial; identificar as relações de poder presentes e definidoras do cotidiano; recuperar a memória e a história sócio espacial dos sujeitos, e trabalhar identidades e pertencimentos desses sujeitos produtores de sua própria história<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Vale destacar que a autora trabalha com o conceito de cidadania. Nós trabalhamos com o conceito e a ideologia de sujeitos emancipados.



Para a autora é preciso rever a finalidade dos conteúdos e a compreensão dos métodos de ensino, pois eles só terão força revolucionária quando esta possibilitar sair da aparência e buscar a essência, uma concepção teórica de aprendizagem. Como em Freire, para a autora supracitada, a aprendizagem é um processo pertencente ao aluno. O papel do docente e do conteúdo é possibilitar diálogos que promovam o processo de aprendizagem. Nesse sentido, o docente é um planejador da atividade educativa e o estudante o real construtor do conhecimento. Para que isso se realize, a atividade de ensino precisa partir do senso comum, do cotidiano, do espaço vivido pelos estudantes; no caso da Educação do Campo, do território camponês.

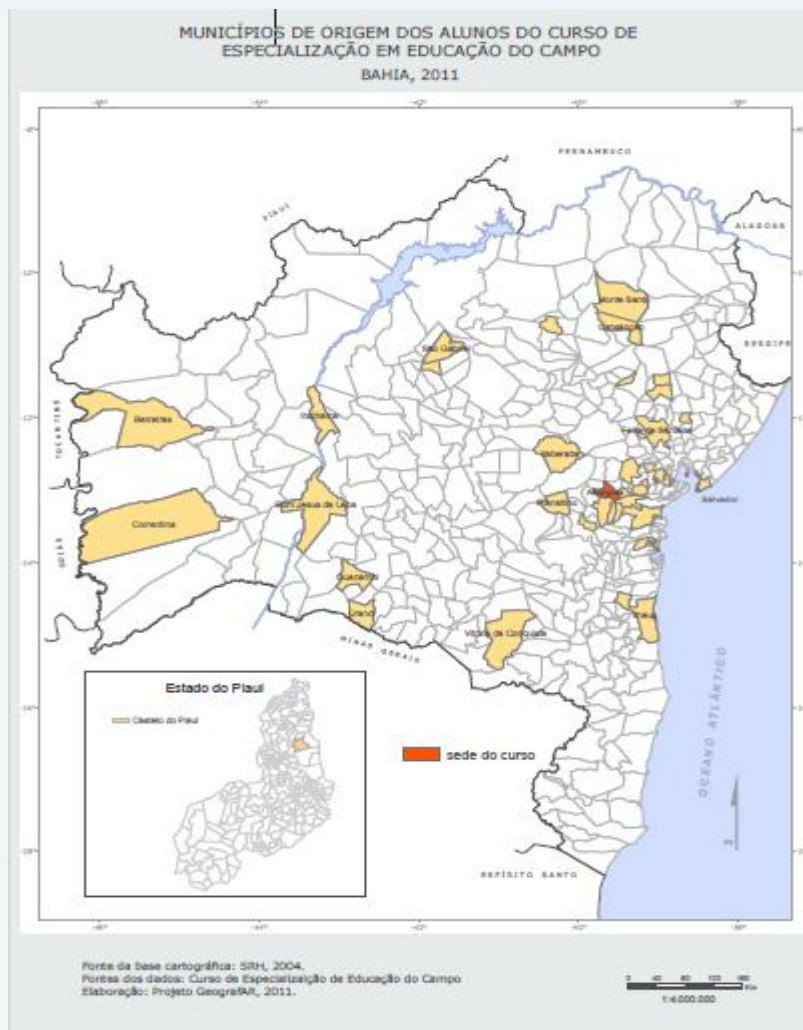
Por conseguinte, ao questionar o tipo de escola rural ainda existente, Kolling (1999) defende que a Educação do Campo deve levar...

[...] em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo e do campo [...] devendo ser um projeto de Brasil e um projeto popular de desenvolvimento do campo, de desenvolvimento humano de todo o povo brasileiro. (KOLLING, 1999, p. 15).

### **Nos caminhos da Educação do Campo na UFRB**

Na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Educação do Campo e suas ações específicas na UFRB nascem do projeto de extensão “Educação do Campo em Amargosa: reconstruindo seus caminhos”. Este foi iniciado em 2009, no Centro de Formação de Professores (CFP) e tinha por objetivo elaborar uma proposta pedagógica para a rede municipal de Amargosa, por isso foi desenvolvido a partir de quatro ações: um curso de extensão para discutir concepções, princípios e base legal da Educação do Campo; o I e II Encontro de Educação do Campo em Amargosa com aprofundamento das temáticas específicas e avaliação da proposta curricular vigente e a elaboração do documento final que dado à construção coletiva, ficou intitulado como as Diretrizes para a Educação Básica do Campo de Amargosa, atendendo a uma demanda da Secretaria Municipal de Educação deste município.

O acúmulo nesta experiência nos permitiu aprovar junto ao MCT/CNPq/INSA o curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro que iniciou suas atividades em 04 de abril de 2011, com uma turma de quarenta e nove (49) estudantes, oriunda de trinta e dois (32) municípios da Bahia e um (01) do Piauí, indicados no mapa abaixo:



**Fonte:** Projeto GeogrAR, UFRB, 2012.

Tal distribuição territorial permitiu que o curso agregasse dois segmentos da classe trabalhadora fundamentais na construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo no Brasil e na Bahia: os/as professores/as e gestores/as das redes públicas de ensino (municipais e estaduais) e a militância dos Movimentos e Redes Sociais do Campo como o Movimento Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Movimento de Organização Comunitária (MOC), Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados (CETA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Com Terra (MCT), Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia (FATRES), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento Ambientalista, etc, muitos oriundos de cursos do PRONERA, como o Curso de Pedagogia da Terra ofertado pela UNEB, em Bom Jesus da Lapa.

Desses, quarenta e seis (46) educandos finalizaram o curso apresentando os seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); dez (10) ingressaram no Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB e, seis (06) no Mestrado Acadêmico de Desenvolvimento Territorial da América Latina da UNESP de Presidente Prudente.

Essa turma foi emblemática para a Educação do Campo da UFRB porque imprimiu ao Centro de Formação de Professores da UFRB a mística da luta camponesa mediante a organização de seminários e jornadas de luta e demandou, de forma orgânica, a criação de cursos, como Licenciatura em Educação do Campo e do Mestrado Profissional em Educação do Campo.

Em abril de 2012 realizamos o I Seminário Realidade, Contradições e Possibilidades da Educação do Campo, no Recôncavo e Vale do Jiquiriçá, idealizado pela turma de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Dele resultou a criação do Fórum Regional de Educação do Campo do Recôncavo e do Vale do Jiquiriçá. O segundo evento foi I Seminário Estadual de Educação do Campo/II Seminário Realidade, Contradições e Possibilidades da Educação do Campo no Recôncavo e Vale do Jiquiriçá. Na mesa de abertura a Reitoria desta Universidade se comprometeu publicamente com a criação de um curso de Licenciatura em Educação do Campo e como aguardávamos a avaliação da CAPES, vislumbrávamos sua aprovação, o qual veio em outubro do mesmo ano.

Em outubro de 2012 a CAPES anunciou a aprovação do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu - Mestrado Profissional em Educação do Campo, que hoje possui duas linhas de pesquisa, a saber: Formação de professores e organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo e Trabalho, Movimentos Sociais e Educação; o Programa está na sua quinta turma.

A primeira turma do Mestrado que contava com três (03) estudantes oriundos da Especialização, organizou o I Seminário Internacional de Educação do Campo/II Seminário Estadual de Educação do Campo/III Seminário Realidade, Contradições e Possibilidades da Educação do Campo no Recôncavo e Vale do Jiquiriçá.

Ainda em 2013 iniciamos as atividades dos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo aprovados junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), em duas Áreas do Conhecimento: Ciências da Natureza e Matemática, no Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) e Ciências Agrárias no Centro de Formação de Professores (CFP). Atualmente a UFRB possui cerca de quinhentos (500) estudantes

regularmente matriculados nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, em que cento e vinte (120) são beneficiados pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) Diversidade financiado pela CAPES, cinquenta e três (53) com a bolsa permanência Quilombola e vários outros com bolsa permanência do Ministério da Educação (MEC).

No ano de 2016 iniciamos mais dois cursos voltados para o Bacharelado em Tecnologia em Agroecologia, projeto financiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em parceria com a Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE), município de Monte Santo, situado no norte do estado da Bahia.

Em Feira de Santana temos mais dois cursos: uma Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo financiado pelo Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) e o bacharelado em Tecnologia de Alimentos um curso regular que iniciará suas atividades em 2018.

Todos os cursos de Educação do Campo da UFRB estão estruturados a partir de três eixos formativos: Geral, Sócio-Política (questão agrária) e Profissional (Pedagógico e/ou Agroecologia). Todos estão organizados pela Alternância dos tempos formativos (tempo universidade e tempo comunidade), trabalham na perspectiva de articular os processos educativos ao mundo do trabalho dos seus educandos, dos quais muitos são oriundos do campo, de movimentos sociais e sindicais do campo. Tal condição nos dá margem para fazer e avançar o debate da Agroecologia como base dos processos educativos.

### **Mais um passo na caminhada: Práticas Educativas e Agroecologia**

Segundo Caldart (2015a), se temos por objetivo pensar os caminhos de transformação da escola e do mundo do trabalho nos marcos históricos da Educação do Campo, faz-se necessário discutir os vínculos entre agricultura camponesa e Agroecologia e, entre educação e trabalho. A autora ainda destaca que, considerando a Agroecologia enquanto projeto de nação, é necessário evidenciar sua “importância política, ética e formativa [...] no combate ao agronegócio e a lógica social destrutiva de que ele é parte”. (CALDART, 2015b, p. 1).

Esse debate é necessário e urgente porque o modelo de modernização produtiva adotado no Brasil priorizou o latifúndio e o agronegócio em uma matriz tecnológica intensiva de uso do capital, que em seu conjunto é chamado equivocadamente de Desenvolvimento<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Sobre a questão ler: BOSSI, Alfredo (Org.). *Dossiê Desenvolvimento rural*. São Paulo, IEA/USP, 2001, v. 15 n. 43 – Setembro/Dezembro 2001. Instituto de Estudos Avançados - IEA e LIMA, Silvana L. da S. As

Nesse projeto, a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais e a soberania nacional vão sendo negadas enquanto possibilidade de reorganização da vida produtiva do país. Na medida em que a terra e os territórios são apropriados pelo capital nacional e estrangeiro, a natureza é dilapidada e os povos do campo são excluídos do processo de produção, circulação e acumulação de riquezas ao serem expulsos da terra.

A cidade, o local de destino primeiro dos povos do campo expropriados, também não os acolhe e os reconhece como sujeitos de direito porque, igualmente, são pensadas para a classe dominante amparado no mercado de terras urbanas, reafirmando o que Marx já apontava no século XIX:

O capitalismo separou “de um lado os possuidores de dinheiro, dos meios de produção e meios de subsistência [...], do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista”. (MARX, 2006, p. 960-961).

Aqueles que possuem a condição de vender sua força de trabalho são subjugados ao capital. Nesse sentido, a classe trabalhadora que, ainda que seja considerada por alguns uma peça importante na produção de riquezas, vive às margens da sociedade do capital no campo ou na cidade, inserida em um cotidiano marcado pela exclusão e violência, aprofundando as diferenças de classe.

Na contra mão do processo, a Agroecologia é uma agricultura não dependente de capital externo, protetora da natureza e alimentada historicamente pela cultura popular. Ela pode ser a condição da permanência no campo ou um caminho de retorno da cidade para os trabalhadores historicamente excluídos do processo geral de produção da riqueza.

Enquanto agricultura de base ecológica, Gliessman (2001) e Altieri (2004) reconhecem na Agroecologia o conhecimento dos camponeses integrados à ciência, no desenho e manejo de agroecossistemas e produção sustentável. Cabe-nos agora criar as condições para que todos os camponeses e povos tradicionais a vejam como possibilidade real e concreta de transformação social no seio da luta de classe.

A Agroecologia é antiga enquanto prática, mas uma novidade histórica enquanto possibilidade de enfrentamento político ao capital. No I Encontro de Formadores de Agroecologia da Via Campesina, realizado em 2009 em Barinas, Venezuela, a Agroecologia

---

**políticas públicas e a modernização agrícola do Baixo Jaguaribe – Ceará.** Fortaleza, 2000. (Dissertação de Mestrado – Mestrado Acadêmico da Universidade Estadual do Ceará).

foi reafirmada como massiva e internacional, devendo ser construída a partir do “conhecimento acumulado pelos povos, deve contribuir para o desenvolvimento de novas forças produtivas da natureza e do trabalho humano, de modo que temos tempo e condições para a organização de todos os outros aspectos da nossa vida” (VIA CAMPESINA, 2009).

Nesse encontro os povos reunidos pela Via Campesina reafirmaram que a “agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional” (Ibid.). Com tal formulação o movimento amplia sua concepção de Agroecologia, tornando-a parte integrante da luta por soberania territorial, alimentar e energética, concebendo-a como parte de uma estratégia da luta de classes.

Para a Teia dos Povos (2017) que acabou de realizar a V Jornada de Agroecologia, mais precisamente entre os dias 19 e 23 de abril deste ano, em Porto Seguro, Bahia, reunida ao som dos maracás, tambores, atabaques, cantares e lamentos, debatendo e dançando com os seus guerreiros e guerreiras, caboclos, Mikisis, Orixás, Seres de Luz e Encantados, a Agroecologia representa a possibilidade do Bem viver<sup>4</sup>.

Na Educação do Campo da UFRB, a Agroecologia ganha força na oficialidade dos cursos de Graduação (Licenciatura em Educação do Campo, Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, Tecnologia em Agroecologia e Tecnologia de Alimentos) e Pós-Graduação em Educação do Campo e, nos projetos de extensão e pesquisa como o Laboratório Vivo de Agroecologia e Educação do Campo. O projeto constitui-se na articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Educação do Campo e o Laboratório Vivo é um conceito de pesquisa que integra diversas ações científicas, aproximando-o do conceito de inovação tecnológica e desenvolvimento social pautados na interdisciplinaridade. São espaços estruturantes do ensino e da pesquisa, diferentes dos convencionais por serem encontrados ou criados dentro e/ou fora das Instituições de Ensino e Pesquisa, democratizando o conceito de laboratórios científicos.

O projeto que ora apresentamos tem por objetivo potencializar ações formativas de pesquisas e produtivas em diálogo com o desenvolvimento de tecnologias de produção agroecológicas e captação de água, associados aos conceitos de soberania alimentar e tecnologias sociais, com a intencionalidade de produzir vivências e ferramentas didático-pedagógicas (material didático) para as escolas do campo a partir do diálogo direto com os

<sup>4</sup> O Bem Viver é um paradigma alternativo que surge no seio da vida coletiva e luta dos povos indígenas no início do século XXI quando evidenciam as diversas crises que os alcançam. É uma formulação centrada na relação harmônica e integral entre os seres humanos e a natureza. Sobre tal questão ler: Magdalena León T. O bem viver: Objetivo e caminho para outro modelo. [Publicado em *Análisis: Nueva Constitución*, ILDIS – La Tendencia, Quito, agosto 2008]. Tradução de Maria Adriana Vieira das Graças.



camponeses (comunidades, assentamentos, acampamentos) e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas, etc.). Como partimos da e para a Educação do Campo, trabalharemos na perspectiva da popularização e inovação científica a serviço do desenvolvimento agrário. (LIMA; FREITAS, 2016).

Cabe destacar que a concepção de Agroecologia que atravessa os cursos de Educação do Campo da UFRB e o Laboratório Vivo, dialoga diretamente com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, ou seja, é um “novo paradigma para a agricultura capaz de promover a ampliação das condições de acesso a alimentos saudáveis, mediante a implantação de sistemas de produção agrícolas ecologicamente equilibrados”. (BRASIL, 2016).

No que diz respeito à natureza e a luta contra hegemônica à lógica do capital, entendemos que outra sociedade é necessária e possível, o que nos aproxima pragmaticamente da Agroecologia e seus Princípios: da Vida, da Diversidade, da Complexidade e da Transformação, como fora evidenciado no I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (I SNEA). A partir deles, entendemos que “é na natureza onde se reproduzem e se realizam todas as formas de vida, inclusive a dos seres humanos” (I SNEA, 2013, p. 6) em sua Diversidade

[...] reconhecida nos diferentes ecossistemas, agroecossistemas e paisagens, na riqueza de bens naturais, nas distintas práticas sociais, saberes (locais e acadêmicos), valores, cultura e formas de organização social e produtiva, que determinam a relação dos seres humanos com a natureza. (Ibid. p. 7).

Considerando que a Vida e a Natureza são realidades complexas, compreendemos a necessidade do pensamento complexo e interdisciplinar, o terceiro princípio da Agroecologia ancorado no Materialismo Histórico e Dialético. Tais leituras orientam práticas pedagógicas emancipadoras e produtoras de transformação social.

Por conseguinte, as ações propostas gravitam em torno da produção de sementes crioulas, alimentos saudáveis e mudas frutíferas e de reflorestamento, visando contribuir com a conservação genética da agrobiodiversidade e emancipação dos povos do campo que partem de temas discutidos na sala de aula.

### **Para não concluir, pois a caminhada está apenas começando...**

Assim, a Agroecologia se faz viva e pulsante no seio da Educação do Campo...

## Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5 ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

ARNONI, Maria Eliza Brefere. **Metodologia da Mediação Dialética e a Operacionalização do Método Dialético: Fundamentos da Dialética e da Ontologia do Ser Social como Base para Discussão da Questão Metodológica na Educação Escolar**. In: 31ª Reunião Anual da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Educação): Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação. Caxambu. MG, 2008. Anais: CDROM, ISBN 9788560316-10-6. Disponível em 01/05/2017 - <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt04-4971-int.pdf>

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 01/2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. **Resolução Complementar CNE/CEB nº 2, de 2008**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf)> Acesso em: 15 Fev. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 01 de novembro de 2010**. Política de Educação do Campo e Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária. Brasília, 2010.

BRASIL. **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: 216-2019** / Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o Mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Ensino de Geografia**. Porto Alegre, Mediação, 2000.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular. Rio de Janeiro: São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. In: PIRES, João Henrique, NOVAES, Henrique T, MAZIN, Ângelo e LOPES, Joyce (Org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. V. III. São Paulo, Outras Expressões, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Escolas do campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida!** Apontamentos, julho de 2015b.

CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Jorge. O MST e a educação. IN: **A reforma agrária e a luta do MST**. João Pedro Stédile (Org.), Petrópolis: Vozes, 1997.

Clavatta, Maria; Lobo, Roberta. *Pedagogia Socialista*. In: Caldart, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo Frigotto, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular. Rio de Janeiro: São Paulo, 2012.

Freire, Paulo. **Conscientização – teoria e prática da libertação** – Introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

Freire, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo, UNESP, 2000.

Freire, Paulo. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. 12 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

Freire, Paulo; Macedo, Donato. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Gliessman, Stephen R. **Agroecologia Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFMGS, 2001.  
I Seminário Nacional de Educação e Agroecologia – I SNEA – **Construindo Princípios e Diretrizes**. Recife, 2013.

Kolling, Edgar Jorge, Nery, Irmão, Molina, Mônica Castagna. **Por uma Educação Básica do Campo**. Memória. 3 ed. Articulação Nacional Por uma Educação do Campo. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 1. Brasília, 1999.

Lima, Silvana Lúcia da Silva; Freitas, Gilsélia Macedo Cardoso. **Laboratório Vivo de Agroecologia e Educação do Campo**. Projeto de pesquisa e extensão. Registrado no CETENS e no CFP da UFRB. Feira de Santana, Amargosa, UFRB, 2016.

Marx, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 2006.

Mézaros, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Molina, Mônica Castagna. *Legislação Educacional do Campo*. In: Caldart, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo Frigotto, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular. Rio de Janeiro: São Paulo, 2012.

Paludo, Conceição. *Educação Popular*. In: Caldart, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo Frigotto, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular. Rio de Janeiro: São Paulo, 2012.

Tonet, Ivo. **Atividades Educativas Emancipadoras**. 2014. Disponível em: <[http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/Atividades\\_educativas\\_emancipadoras.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/Atividades_educativas_emancipadoras.pdf)> Acesso em: 13 jul. 2017.

Teia dos Povos. **Carta final da V Jornada de Agroecologia da Bahia**. Porto Seguro, Bahia, 19-23/04/2017. Disponível em: <<http://teiadospovos.redelivre.org.br/2017/04/25/carta-final-da-v-jornada-de-agroecologia-da-bahia/>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

VIA CAMPESINA, **I Encontro de Formadores de Agroecologia da Via Campesina**.  
Barinas, Venezuela, 2009.

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA. **I SNEA**. Recife/PE,  
2013.

***Dr<sup>a</sup> Silvana Lúcia da Silva Lima***

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Doutora em Geografia pela UFS

Professora Adjunta da UFRB

Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS)

Campus Universitário de Feira de Santana, Bahia

Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo, Trabalho e Desenvolvimento Agrário

E-mail: [silvana@ufrb.edu.br](mailto:silvana@ufrb.edu.br)

Recebido em: 27 de junho de 2017

Aprovado em: 25 de julho de 2017